

Petrobras
Logística de
Exploração e
Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -
Petrobras)

**Demonstrações Financeiras em
31 de Dezembro de 2018 e 2017**

Relatório da Administração 2018

Prezados Acionistas,

A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG (doravante "PB-LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Mensagem da Administração

O ano de 2018 foi marcado por grandes desafios e mudanças dentro e fora da Companhia. No cenário nacional, a lenta retomada da atividade econômica as incertezas do período eleitoral colaboraram para a falta de equacionamento das contas públicas e de medidas de incentivo aos investimentos, mantendo o país na armadilha do baixo crescimento por mais um ano.

Por sua vez, a indústria de O&G nacional apresentou crescimento das atividades de desenvolvimento da produção, com a entrada de novos sistemas em operação, bem como das atividades exploratórias, fruto dos recentes leilões no regime de concessão e partilha de produção realizados no Brasil e base para novas campanhas de perfuração e desenvolvimento da produção. O avanço dos projetos de desinvestimento da Petrobras, com uma gestão ativa de portfólio, propiciou a entrada de novos operadores no Brasil e novas oportunidades de negócio para serviços integrados de E&P.

A PB-LOG obteve sucesso na customização de seus serviços às necessidades dos clientes, ampliando a carteira de projetos atendidos, viabilizando importantes renovações de contratos e diversificando sua atuação através da prestação de serviços para projetos em diferentes fases, sempre provendo toda a gama de serviços especializados de E&P. A Companhia aprimorou sua estrutura de governança, conformidade e gestão, tornando-se mais integrada, ágil e capacitada tecnicamente.

As mudanças implementadas em 2018 formaram a base para o reposicionamento da PB-LOG de forma a disponibilizar serviços mais completos e eficientes. A PB-LOG segue se estruturando com foco na melhoria contínua dos seus processos e garantia de altos padrões de segurança, eficiência, ética e transparência, certa de que ainda possui importantes ações a realizar em sua organização e gestão para atender às demandas de seus clientes.

Os resultados alcançados em 2018 só foram possíveis graças ao extremo comprometimento e competência do corpo técnico da Companhia, bem como à maior integração com seus parceiros e fornecedores. A PB-LOG deixa aqui o seu MUITO OBRIGADO à contribuição de todos, reafirmando que irá em busca de novas metas com conformidade e segurança!

A Administração

Sobre o Relatório

O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2018, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria.

A PB-LOG

Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro atuando prioritariamente na logística de suporte offshore e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo os seus clientes com bens e serviços necessários às suas atividades.

A Companhia tem focado as suas operações em Consórcios operados pela Petrobras em todo o território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e o grande volume de recursos disponíveis, compartilhados com a holding, inclusive para atuar em situações emergenciais, se destaca, pois, proporciona uma grande capacidade de atendimento ágil em operações complexas. Suas bases estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras permitem à PB-LOG ofertar um amplo rol de serviços integrados a seus clientes.

Logística Integrada - Contempla serviços de transporte rodoviário, marítimo e aéreo, com disponibilidade de armazéns, portos e locação em aeroportos, manutenção de equipamentos, além de prontidão de recursos para resposta a emergências operacionais e resgate aero médico.

Poços - Contempla os serviços de perfuração, completação, avaliação, estimulação, *workover* e serviços especiais.

Engenharia Submarina - Contempla os serviços de ancoragem, interligação submarina, avaliação biológica, manutenção, instalação e inspeção de equipamentos submarinos.

Além dos serviços já citados, a PB-LOG também atua em desmobilização de equipamentos e de unidades de produção.

Visão, Missão e Valores

No âmbito do seu Planejamento Estratégico, a empresa norteia a sua atuação observando os seguintes parâmetros:

Visão

Ser referência em soluções integradas para o segmento de óleo e gás

Missão

Gerar valor com a integração de serviços para exploração e produção de óleo e gás

Valores



Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente



Ética e transparência



Orientação ao mercado



Superação e confiança



Resultados

Estrutura Societária

Fundada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Plano Estratégico

O Plano Estratégico da PB-LOG aponta o futuro de longo prazo e estabelece um conjunto de prováveis cenários que podem interferir no ambiente de negócios da Companhia, assim como os preceitos a serem seguidos para consecução dos seus objetivos.

O Plano de Negócios e Gestão detalha as principais metas a serem alcançadas e os recursos necessários para a consecução dos objetivos em um horizonte de cinco anos.

O Plano Anual de Negócios detalha o primeiro ano do Plano de Negócios e Gestão, estabelecendo os compromissos que precisam ser cumpridos para o atingimento das metas estabelecidas, permitindo a sua análise e a prevenção de situações que possam afetar estes objetivos.

O Plano Anual de Negócios é acompanhado mensalmente através de Reuniões de Análise Crítica, fórum do qual participa a Diretoria da Companhia. Com base na avaliação da performance e na revisão das perspectivas do mercado, ajustes na realização do PAN podem ser efetuados ao longo do exercício.

Modelo de Negócio

A PB-LOG tem por modelo de negócio a atuação integrada em serviços de logística, poços e engenharia submarina, de forma harmônica com o Sistema Petrobras, atendendo a consórcios onde a Petrobras é operadora, não operadora ou prestando serviços diretamente a terceiros.

Logística integrada

A PB-LOG está capacitada a fornecer serviços de logística integrada para atender todas as demandas típicas de unidades marítimas de produção ou exploração. Através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo, marítimo e o combate a emergências com equipes treinadas para estes eventos. A PB-LOG integra todos os modais logísticos da cadeia de E&P, promovendo uma operação otimizada nos diversos elos da mesma.

Construção, manutenção em poços e avaliação de formações

Aproveitando-se de sua cadeia logística com presença nos principais polos de E&P nacional, a Companhia provê os serviços de perfuração, completação, estimulação e avaliação de formações, além de serviços de manutenção (*workover*), tais como operações de *slickline*, *wireline*, substituição de válvulas de gás *lift*, limpeza de fundo com flexitubo, remoção de incrustação e quebra de hidrato, abandono de zonas depletadas, canhoneio/recanhoneio, recompletação e mudança de método de elevação.

Engenharia Submarina

A infraestrutura à disposição da PB-LOG também lhe permite prover serviços de instalação, manutenção e descomissionamento de instalações submarinas, contemplando inclusive o fornecimento de ferramentas e a engenharia de instalação associadas. Também são fornecidos serviços de levantamento geodésico e ambiental, serviços de ancoragem, comissionamento de sistemas, instalação de linhas de produção e umbilicais elétrico-hidráulicos (UEHS) e inspeção de equipamentos com a utilização de embarcações especializadas.

Gestão e Suporte ao Modelo de Negócio

Estratégia

No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PB-LOG projeta ampliar a prestação de serviços para os seus clientes diversificando a sua capacidade de atuação e escopo de atividades, mantendo a escala de suas operações condizente com sua capacidade de atendimento.

Governança Corporativa

A Companhia desenvolve os seus negócios orientados pelas melhores práticas de Governança Corporativa que vêm sendo adotados por todo o Sistema Petrobras, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, equidade, ética e responsabilidade corporativa. A estrutura de governança corporativa incorpora questões de ordem social, ambiental e econômica, visando à criação de valor para a sociedade, a sustentabilidade e a perenidade dos negócios.

Administração

A Administração da PB-LOG está composta da seguinte forma:

Assembleia Geral - É o órgão deliberativo máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como para tomar resoluções que julgar convenientes à defesa do desenvolvimento da Companhia.

Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado em 2018, composto por três membros, cuja esfera de atuação se encontra definida nos termos do Estatuto Social da PB-LOG e nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Diretoria Executiva - É o órgão responsável pela execução e operacionalização das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral, composto por três membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Corporativo e Financeiro e um Diretor de Operações.

Auditoria Interna - A Auditoria Interna tem a função de assessorar a Diretoria Executiva no exercício do controle das principais operações da Companhia, além de atender às demandas dos órgãos de controle e fiscalização (como TCU, CGU, Agências Reguladoras, dentre outros) com foco no fortalecimento dos controles internos e na mitigação dos riscos, assegurando o alinhamento dos processos às diretrizes emanadas pela Petrobras. O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é aprovado pela Diretoria Executiva e define a agenda de trabalhos da Auditoria Interna, cujos processos obedecem aos critérios de materialidade, relevância e criticidade. O resultado dos trabalhos é formalizado em relatórios específicos que são encaminhados para a gerência auditada, para o Presidente da PB-LOG e para o Diretor ao qual a área esteja subordinada. Os trabalhos concluídos também são informados, trimestralmente, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras.

Comitê de Auditoria Estatutário - Constituído em 04 de outubro de 2018, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado), órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petrobras, é regulado de acordo com seu Regimento Interno e pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras - especialmente pela Lei 13.303/16, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016. O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras, para apreciação das matérias que serão objeto de orientação para as Sociedades do Conglomerado Petrobras, bem como assessorar o Conselho de Administração, quando houver, a Assembleia de Acionistas ou a Diretoria Executiva destas Sociedades. Dentre as matérias de apreciação do CAE Conglomerado, cabe mencionar: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) o gerenciamento de riscos; (v) as transações com partes relacionadas; (vi) os cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS), e; (vii) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

Conformidade, Ética e Integridade

A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam a todo o Sistema Petrobras e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da sua holding.

Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Ética e do Guia de Conduta das empresas do Sistema Petrobras, bem como outras normas e orientações internas, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços. Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG adota, desde 2015, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção - PPPC.

As práticas contábeis foram adaptadas aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com Partes Interessadas

As decisões internas da PB-LOG que envolvam partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista controlador.

Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes vigentes para o Sistema Petrobras, no que diz respeito a qualquer transação com partes relacionadas. A exemplo da Petrobras, o sistema de controles internos da PB-LOG observa o atendimento dos requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações:

- Lei 12.846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- *Foreign Corrupt Practices Act 1977* (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA), e;
- *UK Bribery Act 2010*, lei anticorrupção do Reino Unido.

A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos seus fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, entidades estatais pertencentes à administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência e espírito de colaboração.

Canal Denúncia

O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PB-LOG aderiu em 2016, está disponível para os públicos interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual e outras irregularidades, que podem ser entendidas como ações ou omissões contrárias à lei ou aos preceitos do Código de Ética do Sistema Petrobras e do Guia de Conduta do Sistema Petrobras e que possam causar dano à PB-LOG, Petrobras, demais controladas, aos empregados, acionistas e demais públicos de interesse.

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos do Sistema Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela Petrobras.

Gestão de Riscos

A gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável, sendo liderada pela Diretoria Executiva da PB-LOG de forma a garantir que as medidas necessárias para o alinhamento entre o apetite ao risco e as estratégias da companhia sejam executadas e monitoradas continuamente.

Conforme definido em seu Estatuto Social, a PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, permitindo a padronização e aderência metodológica das análises de riscos, nos termos do estabelecido pela Lei 13.303/2016.

Em 2018, a PB-LOG revisou a sua Política de Gestão de Riscos Empresariais visando adequá-la à sua estrutura e processos, incorporando as recentes alterações em seu Estatuto Social e reforçando os papéis e responsabilidades. Também foi aprovada a Diretriz de Gestão de Riscos Empresariais que objetiva definir os principais termos relacionados à gestão de riscos, estabelecer a classificação corporativa dos riscos adotada na Companhia e vincular cada um dos principais riscos às suas respectivas diretrizes e responsáveis.

Os riscos empresariais aos quais a PB-LOG está exposta são classificados em quatro agrupamentos a saber: (i) Financeiro; (ii) Conformidade, Legal e Regulatório; (iii) Operacional, e; (iv) Negócio.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios fundamentais:

A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não.

A gestão de riscos deve estar alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia.

A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.

Os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor ao acionista e para a continuidade dos negócios.

Cenário Macroeconômico

As últimas projeções para o PIB do Brasil em 2018 estimavam um crescimento de cerca de 1,3%, índice um pouco maior que o do ano anterior. Contribuiriam para tal a grande dificuldade na implementação de reformas que suportassem o equilíbrio fiscal do País, bem como a baixa capacidade de estímulo à economia, o que se refletiu não somente na pequena expansão da atividade econômica, mas, também, em poucos avanços na taxa de desemprego, apesar de certa melhora no índice de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, do IPEA), que cresceu cerca de 4%, muito aquém do necessário para que o indicador, referência para análise de crescimento da capacidade produtiva e do otimismo empresarial, voltasse aos níveis de 2013.

Desempenho Operacional

O desempenho operacional da PB-LOG tem forte correlação com as práticas e prioridades estabelecidas pela Petrobras e seus consorciados, que concentraram seus esforços e investimentos no desenvolvimento de suas operações nas Bacias de Campos e Santos, onde se encontram os principais ativos, resultando no aumento da produção de óleo e gás nessas áreas.

Focando sua atuação nos mesmos polos, a PB-LOG firmou contratos para prestação de serviços logísticos integrados, poços e engenharia submarina com o consórcio de Roncador, além de ter renovado e estendido seus contratos de serviços logísticos integrados com os consórcios BM-S-11 e BM-S-09. Adicionalmente, a Companhia participou com sucesso das licitações de Logística Integrada e serviços complementares de poços em Libra, demonstrando sua alta competitividade nas linhas de serviços que são sua vocação natural. Adicionalmente, o fechamento de contratos de logística e poços no BM-SEAL-11, no ES-M-596 e em Peroba demonstra que a Companhia vem cada vez mais integrando suas diferentes linhas de serviço de forma a garantir sua competitividade em todas as fases de um projeto de E&P.

O sucesso da Companhia em 2018 na diversificação da sua carteira de clientes e alongamento de prazos contratuais foi reflexo de seus esforços em reposicionamento estratégico, disciplina operacional e redução de custos, resultando no aumento de atendimentos em todos os segmentos, conforme apresentado no quadro abaixo:

	2018	2017*
Logística Integrada (unidades/ano)	24	23
Construção de Poços e Avaliação de formações (operações/ano)	19	11
Engenharia Submarina (operações/ano)	268	9

(*) As informações referentes ao ano de 2017 foram reapresentadas para fornecer maior transparência e detalhamento sobre as operações executadas no período.

Ressalte-se que o aumento das atividades de construção de poços foi resultado do fechamento de novos contratos com Peroba, ES-M-596, BM-SEAL-11 e em Roncador. Este último também se mostrou importante no segmento de engenharia submarina, com os serviços prestados a partir do segundo semestre deste ano.

Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

Para efeito de comparabilidade dos demonstrativos financeiros entre 2018 e 2017, a Demonstração de Resultado do ano de 2018 é aqui comentada sem a aplicação do normativo IFRS-15 (CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes), que entrou em vigor em primeiro de janeiro daquele ano.

Os resultados apurados em 2018 demonstram a evolução das atividades da Companhia, quando comparados a 2017. A Receita Líquida (sem impacto do CPC 47) da PB-LOG totalizou R\$ 3.879, resultado direto do maior volume de operações de construção de poços e engenharia submarina, correspondendo a um crescimento de 17% frente a 2017 (R\$ 3.330). O Lucro Bruto de 2018 situou-se em R\$ 1.150, crescimento de 41% quando comparado ao ano anterior (R\$ 815), reflexo do esforço de redução de custos empreendido pela Companhia e do incremento de suas operações em poços e engenharia submarina. Esta variação relevante levou a uma Margem EBITDA 4 p.p. acima da percebida em 2017 (24% em 2017 contra 28% em 2018), e um Lucro Operacional de R\$ 1.078, contra R\$ 793 percebidos no ano anterior.

Por sua vez, a redução da taxa Selic ao longo de 2018 fez com que o Resultado Financeiro da PB-LOG se reduzisse em 37% (de R\$ 402 em 2017 para R\$ 255 em 2018), levando a um Lucro Líquido no exercício de R\$ 879, contra R\$ 789 em 2017 (alta de 11%).

Demonstração do Valor Adicionado

Em 2018, as atividades da PB-LOG geraram R\$ 1.925 em riqueza à sociedade, um aumento de 11% quando comparado ao valor adicionado pela companhia no exercício de 2017. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R\$ 0,55 foi distribuído entre diferentes *stakeholders*: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e os acionistas (dividendos), conforme demonstrado abaixo.

Geração do valor adicionado	2018	2017
Receitas	3.503	3.874
Insumos adquiridos de terceiros	(1.836)	(2.548)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.667	1.325
Valor adicionado recebido em transferência	257	410
Valor adicionado total a distribuir	1.925	1.736
Distribuição do valor adicionado	2018	2017
Pessoal e administradores	24	22
Tributos	1.016	914
Instituições financeiras e fornecedores	6	11
Acionistas	879	789
Valor adicionado distribuído	1.925	1.736

Perspectivas

Embora o cenário macroeconômico para 2019 se apresente sob perspectiva de melhora, com provável retomada do crescimento do País e realização de novas rodadas de licitação pela ANP, ainda prevalecem as incertezas sobre o ritmo dessa recuperação. Dentro desta perspectiva, mas considerando que as atividades de E&P em águas profundas seguem ritmo próprio, ditado por objetivos de médio a longo prazos, o setor deve manter o dinamismo do seu crescimento.

Confiante nestas projeções e alinhada às métricas estabelecidas nos seus Plano Estratégico (PE) e no Plano de Negócios e Gestão 2019-2023 (PNG), a PB-LOG projeta a continuidade da expansão de suas atividades operacionais em 2019, com aumento da sua carteira de clientes.

Em coerência com os compromissos que já vêm sendo adotados ao longo dos últimos anos e trabalhando para manter os ganhos conquistados com grande esforço, a PB-LOG continuará implementando ações

para otimização das suas operações, de modo a garantir a sua competitividade, agregando valor aos seus serviços e reafirmando o seu modelo de negócio, trabalhando em parceria com os seus clientes e fornecedores.

Mais uma vez, a PB-LOG reafirma o seu compromisso com o cumprimento de 100% do Índice de Treinamento do Compromisso com a Vida, fundamental para a meta de redução da Taxa de Acidentados Registráveis.

Em linha com seu Programa de Conformidade que contém as melhores práticas corporativas relacionadas às atividades de prevenção da corrupção, principalmente associadas a questões de ética e de integridade, a PB-LOG executará de forma contínua os treinamentos e as ações referentes à conformidade, em parceria com as diversas áreas da companhia e alinhada às ações de sua controladora, e seguirá executando ações de comunicação interna de modo a fortalecer a cultura da integridade em seu ambiente de trabalho.

Audidores Independentes

As Demonstrações Financeiras da PB-LOG dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Não foram, nos respectivos exercícios, contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência dos mesmos em relação à Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 21 de fevereiro de 2019, e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2019.

A Administração,

Jair Toledo de Souza
Diretor Presidente

Renata de Albuquerque Ervilha
Diretora de Operações

Rodrigo Tiradentes Montechiari
Diretor Corporativo e Financeiro

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balanço Patrimonial.....	15
Demonstração de Resultado	16
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	19
Demonstração do Valor Adicionado.....	20
Notas Explicativas	21
1. A companhia e suas operações	21
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.....	21
3. Sumário das principais práticas contábeis	24
4. Estimativas e julgamentos relevantes	29
5. Novas normas e interpretações.....	30
6. Contas a receber	33
7. Fornecedores	33
8. Debêntures	33
9. Partes Relacionadas.....	34
10. Processos judiciais e contingências	35
11. Tributos.....	37
12. Patrimônio líquido	38
13. Gerenciamento de riscos.....	39
14. Receita de serviços	41
15. Resultado financeiro líquido.....	41
16. Outras receitas (despesas) líquidas	41
17. Despesas e custos por natureza	42
18. Compromissos de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional.....	42
Diretoria Executiva.....	43



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à PB-LOG de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia, referente a receita e correspondentes custos dos serviços prestados, são realizadas com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras, conforme apresentado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a PB-LOG continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a PB-LOG ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da PB-LOG.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da PB-LOG. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a PB-LOG a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	22	Fornecedores	7	1.377.614	569.499
Contas a receber clientes, líquidas	6	844.581	415.046	Debêntures	8	-	50.018
Contas a receber FIDC	6	3.863.191	3.912.494	Dividendos propostos	12.4	-	187.408
Imposto de renda, contribuição social e outros	11.1	199.881	222.415	Imposto de renda, contribuição social e outros	11.1	32.833	33.419
		4.907.654	4.549.977	Outras contas e despesas a pagar		83	194
						1.410.530	840.538
Não Circulante				Não Circulante			
Imposto de renda, contribuição social e outros	11.1	163.401	137.857	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	1.660	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	-	88.812	Provisão para processos judiciais	10	36.547	36.237
Depósitos judiciais	10	36.256	34.560	Outras contas e despesas a pagar		431	114
Imobilizado		6	7			38.638	36.351
		199.663	261.236	Patrimônio Líquido			
				Capital social realizado	12.1	3.162.458	3.162.458
				Reserva legal	12.3	253.580	209.639
				Dividendos adicionais propostos	12.4	242.111	562.227
						3.658.149	3.934.324
		5.107.317	4.811.213			5.107.317	4.811.213

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		2018	2017
	<i>Nota</i>		
Receita de serviços	14	2.927.329	3.330.283
Custo dos serviços prestados	17	(1.777.582)	(2.515.348)
Lucro Bruto		1.149.747	814.935
Receitas (despesas)			
Tributárias	17	(12.394)	(19.225)
Gerais e administrativas	17	(25.271)	(23.341)
Outras receitas (despesas), líquidas	16	(33.743)	20.238
		(71.408)	(22.328)
Resultado antes do resultado financeiro		1.078.339	792.607
Resultado financeiro líquido	15	254.772	402.005
Receitas financeiras		257.367	410.166
Despesas financeiras		(2.595)	(8.161)
Lucro antes dos impostos		1.333.111	1.194.612
Imposto de renda e contribuição social corrente	11.3	(363.821)	(278.649)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.3	(90.471)	(126.873)
Lucro líquido do exercício		878.819	789.090
Lucro básico e diluído por ação (em milhares de R\$)		0,37	0,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Lucro do exercício	878.819	789.090
Resultado abrangente do exercício	-	-
	878.819	789.090

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
	3.162.458	170.184	872.245	-	4.204.887
Saldos em 1º de janeiro de 2017	3.162.458	170.184	872.245	-	4.204.887
Lucro líquido do exercício	-	-	-	789.090	789.090
Dividendos pagos	-	-	(872.245)	-	(872.245)
Reserva legal	-	39.455	-	(39.455)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(187.408)	(187.408)
Dividendos adicionais propostos	-	-	562.227	(562.227)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.162.458	209.639	562.227	-	3.934.324
	3.162.458	209.639	562.227	-	3.934.324
Lucro líquido do exercício	-	-	-	878.819	878.819
Dividendos pagos	-	-	(562.227)	-	(562.227)
Reserva legal	-	43.941	-	(43.941)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(592.767)	(592.767)
Dividendos adicionais propostos	-	-	242.111	(242.111)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.162.458	253.580	242.111	-	3.658.149
	3.162.458	253.580	242.111	-	3.658.149

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	878.819	789.090
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação	1	2
Provisão para perdas de crédito esperadas	6	(62)
(Reversão de) Provisão para contingências	835	(10.651)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	90.471	126.873
Encargos financeiros, variação monetária sobre Debêntures	2.562	8.128
Variações cambiais e outras monetárias não realizadas	(30)	258
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	(243.749)	(394.003)
Redução (aumento) nos saldos ativos		
Contas a receber	(429.534)	109.534
Impostos a recuperar	(3.010)	(105.990)
Outros ativos	(2.507)	(1.655)
(Redução) aumento nos saldos passivos		
Fornecedores	808.115	116.418
Impostos e contribuições a recolher	363.235	279.104
Imposto de renda e contribuição social pagos	(363.821)	(278.649)
Outros passivos	517	264
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	1.101.910	638.661
Atividades de Investimento		
Aplicações em ativos financeiros	(3.463.959)	(3.416.650)
Resgate em ativos financeiros	3.757.010	4.025.405
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	293.051	608.755
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de principal de debêntures	(50.723)	(76.631)
Amortização de juros de debêntures	(1.857)	(7.771)
Pagamento de dividendos	(1.342.402)	(1.162.993)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(1.394.982)	(1.247.395)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(21)	21
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas	3.503.262	3.873.567
	3.503.262	3.873.567
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(1.835.869)	(2.548.152)
	(1.835.869)	(2.548.152)
Valor adicionado bruto	1.667.393	1.325.415
Depreciação	(1)	(2)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.667.392	1.325.413
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	257.367	410.166
Valor adicionado total a distribuir	1.924.759	1.735.579
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e encargos	24.271	21.529
	24.271	21.529
Tributos		
Federais	785.848	651.146
Municipais	139.700	135.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	90.471	126.873
	1.016.019	913.623
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	2.595	8.161
Despesas de aluguéis	3.055	3.176
	5.650	11.337
Acionistas		
Dividendos	592.767	187.408
Lucros retidos	286.052	601.682
	878.819	789.090
Valor adicionado distribuído	1.924.759	1.735.579

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A companhia e suas operações

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("companhia" ou "PB-LOG") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, contratando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e as operações portuária e aeroportuária, bem como o fornecimento de bens relacionados à atividade de exploração e produção, além de serviços correlatos.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2014, foi alterado o Estatuto Social da companhia, ampliando o escopo de atuação e incluindo em seu objeto social o provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos.

As principais atividades operacionais da companhia estão relacionadas a prestação de serviços de logística integrada através de serviços logísticos e de apoio marítimo, além de construção de poços marítimos e engenharia submarina.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 8 de fevereiro de 2019, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Práticas contábeis

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras está apresentado na nota explicativa 3.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.3. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisadas periodicamente pela Administração.

As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

2.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e ICPC 21 Transação em moeda estrangeira e adiantamento.

2.4.1. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo CPC 48, a companhia não reapresentou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. Nestes casos, as diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em lucros acumulados no patrimônio líquido.

a) Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

b) Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

O CPC 48 estabelece que os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente, deve refletir o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

c) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Não houve impacto material nas demonstrações financeiras da companhia resultantes da adoção do CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Para obter informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes aos instrumentos financeiros ver nota explicativa 3.1.

2.4.2. CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Receitas e CPC 30 (R1) Contratos de Construção bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo CPC 47, a companhia adotou o pronunciamento retrospectivamente. No entanto, as mudanças em função da adoção do CPC 47 apenas alteraram a forma como certas receitas de contratos com clientes são apresentadas na demonstração de resultados da companhia. Desta forma, não foram reconhecidos impactos em lucros acumulados.

Estão apresentados a seguir os impactos na demonstração de resultado pela adoção do CPC 47, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Divulgado em 31.12.2018	Impactos do CPC 47 Agente	Saldos sem impacto do CPC 47 em 31.12.2018
Receita de serviços	2.927.329	951.809	3.879.138
Custos dos serviços prestados	(1.777.582)	(951.809)	(2.729.391)
Lucro Bruto	1.149.747	-	1.149.747

a) Atuação como agente

De acordo com os novos requerimentos contidos no CPC 47, a entidade é principal se ela controlar o bem ou o serviço especificado antes que o bem ou o serviço seja transferido ao cliente. Caso contrário, a entidade atua como agente.

Até o exercício de 2017, a companhia apresentava na linha de “receita de serviços”, as receitas de contratos com clientes líquidas de encargos sobre serviços prestados.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Após adoção dos critérios previstos no normativo do CPC 47, a companhia concluiu que não exerce o controle sobre determinados serviços antes que sejam transferidos aos clientes com o cumprimento da obrigação de desempenho, portanto, a partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia passou a apresentar a receita desses serviços líquida dos encargos e dos custos incorridos.

Para obter informações adicionais sobre as práticas contábeis referentes ao reconhecimento de receitas com clientes ver nota explicativa 3.7.

2.5. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.6. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o Real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

2.7. Reclassificação nas demonstrações financeiras

Alguns valores relativos ao exercício de 2017 foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual em função de movimentação entre custos e despesas de maneira a expressar mais adequadamente as atividades operacionais da companhia. O valor destas reclassificações é imaterial e não afetou o resultado e nem o patrimônio líquido da companhia.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos requerimentos contidos nos pronunciamentos: CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC - 47 Receita de Contrato com Cliente.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

c) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (*default*)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

d) Apresentação

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

Os juros das debêntures no fluxo de caixa estão demonstrados nas atividades de financiamento.

A companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas.

3.3. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período que está sendo reportado aplicando-se as alíquotas vigentes nesse período.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.5. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

3.6. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de: i) ativos financeiros classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ii) parcelas eficazes de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedges* de fluxo de caixa, iii) remensurações em planos de benefício definido e, iv) ajustes acumulados de conversão.

3.7. Reconhecimento de receita de contrato com cliente

Os principais contratos com clientes da companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina.

A companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia em cada um deles quais são as promessas que podem ser consideradas como obrigações de *performance*. Obrigações de *performance* são cada promessa de transferir ao cliente:

- bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o controle do serviço prometido ao cliente. O serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos serviços prometidos ao cliente. A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal das operações da refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A., cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela PB-LOG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 10.

4.2. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pela Diretoria. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 11.2.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.3. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perda de crédito esperada.

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

5.1.1. CPC 06 - R2 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o CPC 06-R2 - Arrendamento Mercantil (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC - 15 e SIC - 27).

O CPC 06 - R2 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- a) Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- b) Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola mantidos por arrendatário;
- c) Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão;
- d) Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do CPC 47 (IFRS 15); e
- e) Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do CPC 04 (IAS 38) - Ativo Diferido para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 - R2 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo CPC 06 - R1. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Para os arrendadores, o CPC 06 - R2 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo CPC 06 - R1. Dessa forma, o CPC 06 - R2 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao CPC 06 - R1.

A companhia possui determinados contratos de arrendamentos operacionais de aeronaves e embarcações que possuem uso compartilhado com a controladora Petrobras. Conforme previsto no normativo, para que o contrato seja considerado um arrendamento mercantil, o cliente precisa ter o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado. Neste caso, não é possível concluir que tais contratos se enquadram nesse contexto, portanto, a companhia não será impactada pela aplicação da norma do CPC 06 - R2 para os contratos compartilhados com a Petrobras.

No entanto, a companhia identificou outros tipos de contrato de arrendamento (valores totais em torno de R\$ 8.000) que se enquadram no referido normativo, e aplicará os procedimentos deste normativo a partir do exercício de 2019.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do CPC 06 - R2, para fins de adoção inicial a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

- Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento;
- O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da companhia na data da aplicação inicial;
- O ativo de direito de uso será reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não serão considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mesurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, caso aplicável, utilizando taxas incrementais sobre empréstimos da companhia na data de adoção inicial.

Apresentação

Os ativos de direito de uso serão apresentados no Imobilizado, representando as classes de acordo com a utilização do ativo. Os passivos de arrendamento serão apresentados como financiamentos.

Nesse sentido, espera-se que as mudanças trazidas pelo CPC 06 - R2 quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos mercantis ocasionarão, em sua adoção inicial, impactos nas rubricas dos saldos de Imobilizados e Financiamentos, respectivamente e, em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactarão o Patrimônio líquido da companhia em 1º de janeiro de 2019.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que atualmente são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros. Contudo, essa alteração não irá gerar impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

5.1.2. IFRIC 23- Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC *Interpretation 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB.

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, a companhia aplicará os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRIC 23.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	IFRIC 23 -Uncertainty over Income Tax Treatments	1º de janeiro de 2019
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Contas a receber

	2018	2017
Partes relacionadas (Nota Explicativa 9)	842.842	411.837
Clientes - Terceiros	2.158	3.628
Recebíveis de ativos financeiros - FIDC (a)	3.863.191	3.912.494
	4.708.191	4.327.959
Perdas de crédito esperadas	(419)	(419)
	4.707.772	4.327.540

(a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como valor justo por meio do resultado "Recebíveis de ativos financeiros", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 13.2.

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 9.

7. Fornecedores

	2018	2017
Terceiros no país	148.488	162.579
Partes relacionadas (Nota explicativa 9)	1.229.126	406.920
	1.377.614	569.499

O saldo em partes relacionadas reflete o aumento das atividades operacionais da Companhia em 2018.

8. Debêntures

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

As debêntures foram emitidas em 31 de agosto de 2006 pela Alberto Pasqualini - REFAP S.A. objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial para aumentar a capacidade de processamento de petróleo, além de outros investimentos.

A companhia possuía obrigações relacionadas a esse contrato de financiamento ("covenants"), dentre elas a de apresentação das demonstrações financeiras da companhia e da Petrobras nos prazos de 120 e 151 dias, respectivamente, para o encerramento do exercício, com prazo de cura que amplia esses períodos em 60 dias. A apresentação das demonstrações financeiras nos prazos definidos contratualmente é uma exigência que consta na maioria dos contratos de financiamento e o não cumprimento pode gerar um vencimento antecipado das dívidas.

As movimentações dos saldos das debêntures são apresentadas a seguir:

2018	2017
------	------

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Saldo inicial	50.018	126.292
Juros e atualizações monetárias	2.562	8.128
Amortizações principal	(50.723)	(76.631)
Amortizações de juros	(1.857)	(7.771)
Saldo em 31 de dezembro	-	50.018
Circulante	-	50.018
Total	-	50.018
Taxa de juros aplicáveis às Debêntures (com base na TJLP)		
De 6 A 8%	-	8.660
De 8 A 10%	-	41.358
Total	-	50.018

9. Partes Relacionadas

9.1. Transações Comerciais e outras operações

	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Petrobras Transporte S.A. Transpetro	Procurement Negócios Eletrônicos S.A. Petronect	2018	2017
Ativo:					
Circulante					
Contas a Receber					
Empresas ligadas	835.551	7.291	-	842.842	411.837
	835.551	7.291	-	842.842	411.837
Passivo					
Fornecedores					
Empresas Ligadas	1.222.330	6.760	36	1.229.126	406.920
Dividendos	-	-	-	-	187.408
	1.222.330	6.760	36	1.229.126	594.328
Resultado					
Receita bruta por prestação de serviços	4.323.039	1.628	-	4.324.667	3.815.361
Custos dos serviços prestados	(933.728)	(1.167)	-	(934.895)	(1.193.976)
Compartilhamento de gastos administrativos	(4.580)	-	-	(4.580)	(5.083)
Outras receitas (despesas)	(39.387)	-	-	(39.387)	(26.058)
	3.345.344	461	-	3.345.805	2.590.244

Os saldos com partes relacionadas são oriundos, principalmente, das atividades operacionais da companhia para a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina.

9.2. Transações Comerciais

Refere-se a contratos para prestação de serviços de construção de poços marítimos e apoio logístico. O principal cliente da PB-LOG é a PETROBRAS, na condição de operadora dos consórcios, correspondendo a quase totalidade da receita dos serviços prestados.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9.3. Remuneração da Administração da companhia

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva da companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2018. Foi deliberada a fixação do montante global de limite máximo anual global da remuneração da Diretoria Executiva nos valores de R\$ 5.235, válido para o período compreendido entre abril de 2018 a março de 2019.

No exercício de 2018, a remuneração, incluindo gratificações, dos membros da Diretoria Executiva foi de R\$ 2.805 (R\$ 1.771 no exercício de 2017), referente a 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Corporativo e Financeiro e 1 Diretor de Operações.

10. Processos judiciais e contingências

10.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais: se referem, principalmente, a não homologação de compensações de tributos federais e estaduais, além de autos de infração lavrados em razão de divergência entre entendimentos do Fisco (Federal e Municipal) e da companhia;
- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) ações individuais de terceirizados com pleito de verba rescisórias entre outros; e
- Processo ambiental referente à indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2018	2017
Passivo não circulante		
Tributária	33.664	32.575
Trabalhista	2.495	3.287
Ambiental	387	375
	36.547	36.237
Saldo inicial	36.237	46.888
Adições (Baixas) líquidas		
Tributária	1.089	(3.015)
Trabalhista	(792)	(7.661)
Ambiental	12	25
Saldo final	36.547	36.237

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das causas correspondentes:

	2018	2017
Ativo não circulante		
Trabalhista	152	384
Tributária	36.104	34.176

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
	36.256	34.560
Saldo inicial	34.560	33.024
Adições	873	188
Atualizações	1.879	2.562
Baixas	(1.056)	(1.214)
Saldo final	36.256	34.560

10.2. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2018	2017
Fiscais	24.513	23.759
Trabalhistas	4.797	5.490
Cível	3	1.717
Ambiental	181	169
	29.493	31.135

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal:	Estimativa
Autor: União Federal	
1) Auto de infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos.	
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).	15.048
2) Auto de infração visando a cobrança de contribuição previdenciária sobre a parcela paga aos empregados da REFAP título de Participação nos Lucros e Resultados.	8.790
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo CARF.	
Outros processos de natureza fiscal	675
Total de processos de natureza fiscal	24.513

Descrição dos processos de natureza trabalhista:	Estimativa
Autor: DIVERSOS - Pessoa física	
1) Pleito de horas extras, diferenças salariais, diferenças de férias, verbas rescisórias, entre outras (exceto RMNR).	4.797
Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento, grau de recurso ou em fase de execução.	
Total de processos de natureza trabalhista	4.797

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Tributos

11.1. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda e Contribuição Social	198.059	210.869	-	-	-	-
PIS/COFINS	1.822	11.546	163.401	137.857	17	-
Imposto sobre Serviços	-	-	-	-	25.204	23.012
Impostos retido na fonte	-	-	-	-	-	10.407
Outros	-	-	-	-	7.612	-
	199.881	222.415	163.401	137.857	32.833	33.419

O imposto de renda e contribuição social serão realizados no curso das atividades operacionais da empresa.

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2017	3.841	208.020	3.824	215.685
Reconhecido no resultado do exercício	(2.597)	(119.431)	(4.845)	(126.873)
Em 31 de dezembro de 2017	1.244	88.589	(1.021)	88.812
Reconhecido no resultado do exercício	(1.246)	(88.589)	(637)	(90.472)
Em 31 de dezembro de 2018	(2)	-	(1.658)	(1.660)
Impostos diferidos ativos				89.977
Impostos diferidos passivos				(1.165)
Em 31 de dezembro de 2017				88.812
Impostos diferidos ativos				144
Impostos diferidos passivos				(1.804)
Em 31 de dezembro de 2018				(1.660)

11.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Lucro contábil antes dos tributos	1.333.111	1.194.612
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal nominal	453.258	406.168
Adições permanentes, líquidas		
Despesas não dedutíveis	1.034	(646)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	454.292	405.522
Alíquota efetiva	34%	34%

A seguir a composição da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Corrente	363.821	278.649
Diferido	90.471	126.873
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	454.292	405.522

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social é composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social é de R\$ 3.162.458.

12.2. Participação acionária

O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela empresa Petróleo Brasileiro S.A.

12.3. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

12.4. Dividendos

Através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 15 de março de 2018, foram aprovados os dividendos intermediários relativos ao resultado do período de janeiro a setembro de 2017 no montante de R\$539.761, e o valor restante de R\$209.874 foi aprovado pelo acionista através de Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2018.

Por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) realizadas em 30 de maio de 2018, 12 de novembro de 2018 e 12 de dezembro de 2018, foram aprovados os dividendos intermediários relativos ao resultado do período de janeiro a setembro de 2018 no montante de R\$592.767 que foram pagos ao longo do exercício de 2018, restando o valor de R\$242.111 que será submetido à aprovação do acionista quando da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em abril de 2019.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os dividendos estão assim demonstrados:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	878.819	789.090
Constituição da Reserva Legal	(43.941)	(39.455)
Lucro básico para determinação do dividendo	834.878	749.635
Dividendos obrigatórios - 25%	208.719	187.409
Dividendos Propostos		
Dividendos intermediários antecipados (pagos em 2018)	384.048	-
Dividendos obrigatórios (pagos em 2018)	208.719	187.408
Dividendos adicionais propostos (a ser submetido à aprovação de AGO)	242.111	562.227
	834.878	749.635

13. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

13.1. Risco cambial

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

13.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

A companhia possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas denominadas em moeda estrangeira estão sujeitas, principalmente, a flutuações da taxa Libor. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações da taxa TJLP e do CDI diário.

13.3. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber, que por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras.

O vencimento dos recebíveis concedidos na data das demonstrações financeiras era:

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Recebíveis		
A vencer	844.581	415.047
Vencidos há mais de 30 dias	419	419
	845.000	415.466

A companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de contas a receber são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

13.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros a valores nominais, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual
Em 31 de Dezembro de 2018		
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	148.488	148.488
Partes relacionadas	1.229.126	1.229.126
Total	1.377.614	1.377.614
Em 31 de Dezembro de 2017		
Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	162.579	162.579
Debêntures	50.018	51.664
Partes relacionadas	406.920	406.920
Total	619.517	621.163

13.5. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2018		2017	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de caixa	1	1	22	22
Contas a receber - ativos financeiros "FIDC"	3.863.191	3.863.191	3.912.494	3.912.494
Debêntures	-	-	(50.018)	(50.998)

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

14. Receita de serviços

A receita da companhia está substancialmente concentrada em seu acionista controlador PETROBRAS. Abaixo apresentamos a composição da receita bruta apresenta na demonstração de resultado do exercício:

	2018	2017
Receita Bruta de serviços	3.476.662	3.819.159
ISS	(139.700)	(135.604)
PIS	(73.070)	(63.016)
COFINS	(336.563)	(290.256)
	2.927.329	3.330.283

15. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Juros e receitas	243.787	393.704
Variações monetárias ativas	13.580	16.421
Variações cambiais líquidas	-	41
	257.367	410.166
Despesas Financeiras		
Juros	(1.692)	(7.517)
Variações monetárias passivas	(903)	(644)
	(2.595)	(8.161)

16. Outras receitas (despesas) líquidas

	2018	2017
Reversão de despesas com perdas e provisão para contingências	(835)	10.189
Despesas com ociosidade de embarcações	(35.890)	(27.938)
Crédito de PIS/COFINS	-	40.758
Outras receitas (despesas), líquidas	2.982	(2.771)
	(33.743)	20.238

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Despesas e custos por natureza

	2018	2017
Despesas com pessoal cedido	(15.556)	(14.447)
Outras despesas administrativas	(5.135)	(3.809)
Compartilhamento de gastos com a controladora	(4.579)	(5.083)
Depreciação e amortização	(1)	(2)
Despesas tributárias	(12.394)	(19.225)
Afretamentos de Embarcações e Aeronaves	(1.063.377)	(1.232.484)
Serviços Logísticos	(639.282)	(661.712)
Serviços Técnicos	-	(536.126)
Operações Terrestres	(14.346)	(20.828)
Outros Custos Operacionais	(60.577)	(64.199)
	(1.815.247)	(2.557.915)
Na demonstração do resultado		
Despesas Administrativas	(25.271)	(23.341)
Despesas Tributárias	(12.394)	(19.225)
Custos dos serviços prestados	(1.777.582)	(2.515.348)
	(1.815.247)	(2.557.915)

18. Compromissos de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, embarcações e aeronaves de apoio marítimo para os serviços de logística integrada:

2019	676.932
2020	217.283
2021	150.018
2022	107.103
2023	49.904
2024 em diante	27.444
Em 31 de dezembro de 2018	1.228.684
Em 31 de dezembro de 2017	2.497.425

No exercício de 2018, a companhia reconheceu despesas com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$1.060.733 (R\$780.007 em 2017).

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

Jair Toledo de Souza
Diretor Presidente

Rodrigo Tiradentes Montechiari
Diretor Corporativo e Financeiro

Renata de Albuquerque Ervilha
Diretora de Operações

Marcio de Castro Barboza
Contador - CRC/RJ 095491/O-4